

CCJ



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

PROCESSO

Nº 3.280/2025.....

NOME: Câmara Municipal

SÚMULA: Projeto de Lei Nº 3.280/2025

ASSUNTO: Alterar a redação do art. 4º da Lei

nº 3.135, de 28 de janeiro de 2025.

Contrato Temporários de Trabalho

DESTINO: _____



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TAVARES - RS**

"O PARLAMENTO ABERTO PARA O POVO"

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer nº 114/2025

A Comissão permanente acima citada reuniu-se nesta data, para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.280/2025 encontra-se viável para votação em plenário.

Sala da Comissão, 16 de dezembro 2025.


Elis Rodrigues
Presidente CCI


Jardel Porto
Relator CCI


Leone Machado
Secretario CCI

Parecer Aprovado

(03) a (00)

OBS....

Porto Alegre, 10 de dezembro de 2025.

Orientação Técnica IGAM nº 24.943/2025.

I. RELATÓRIO.

O **Poder Legislativo de Tavares** apresenta esta consulta solicitando análise de constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.280, de 1º de dezembro de 2025, de autoria do Poder Executivo. A proposição tem por objeto alterar a redação do art. 4º da Lei Municipal nº 3.135, de 28 de janeiro de 2025.

Objetivamente, o Projeto visa prorrogar o prazo das contratações temporárias autorizadas pela referida lei, estendendo a vigência contratual — que originalmente findaria em 10 de fevereiro de 2025 (ou data próxima, conforme redação original inferida) — para 31 de dezembro de 2026.

A justificativa apresentada pelo Chefe do Executivo fundamenta-se na economicidade, evitando custos com rescisões e novas contratações, bem como na garantia da continuidade dos trabalhos pedagógicos ("sequência de trabalhos dos professores") e na agilidade do dimensionamento do próximo ano letivo.

A matéria paraleliza como o Projeto de Lei nº 3.279 já examinado pelo IGAM, submetendo-se aos mesmos fundamentos de análise.

II. ANÁLISE TÉCNICA.

A análise da iniciativa legislativa confirma a regularidade da proposição. O Projeto de Lei versa sobre o regime jurídico de servidores públicos e contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público, matérias cuja iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo.

Tal competência decorre do princípio da simetria com o art. 61, § 1º, II, "c", da Constituição Federal, que reserva ao Chefe do Executivo a iniciativa de leis que disponham sobre servidores públicos, seu regime jurídico e provimento de cargos. No âmbito municipal,

a gestão da administração e do quadro de pessoal incumbe ao Prefeito. O projeto foi devidamente assinado pelo Prefeito Municipal, Gilmar Ferreira de Lemos.

Portanto, sob o prisma da iniciativa, o Projeto de Lei nº 3.280 não apresenta vícios.

Quanto ao conteúdo material, a contratação temporária encontra amparo no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, que exige três requisitos cumulativos para sua validade: (a) previsão em lei; (b) tempo determinado; e (c) necessidade temporária de excepcional interesse público.

1. **Da Previsão Legal e Necessidade:** a Lei Municipal nº 3.135, de 2025, que se pretende alterar, já estabeleceu a base legal para a contratação. Embora o texto do PL não especifique o cargo no artigo alterado, a justificativa menciona expressamente a "sequência de trabalhos dos **professores**", indicando se tratar de função docente, essencial para a manutenção dos serviços educacionais.
2. **Do Prazo Determinado:** a alteração proposta busca estender o prazo final para 31 de dezembro de 2026. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), notadamente no Tema 612 da Repercussão Geral, reforça que a contratação temporária deve ser por tempo determinado.

A prorrogação para cobrir todo o ano letivo de 2026 alinha-se ao princípio da eficiência e da continuidade do serviço público. O período total da contratação (de fevereiro de 2025 a dezembro de 2026) aproxima-se de dois anos, lapso temporal que se encontra dentro dos parâmetros de razoabilidade aceitos pelos Tribunais de Contas e pela legislação local (Lei nº 1.776/2014 - Estatuto dos Servidores de Tavares) para vínculos dessa natureza, especialmente quando visam cobrir anos letivos completos.

Sob o aspecto da técnica legislativa, regida pela Lei Complementar Federal nº 95, de 1998, o Projeto apresenta uma incorreção formal na redação proposta para o art. 4º que necessita de ajuste (em redação final) para evitar erro gramatical no texto final da lei.

No texto do projeto lê-se: *"...podendo ser prorrogada por mais 40(quarenta dias em caso de real necessidade administrativa."* Observa-se a ausência do parêntese de fechamento após a palavra "quarenta". A redação correta deve ser: *"...podendo ser prorrogada por mais 40 (quarenta) dias..."*.

Ademais, sugere-se a revisão de grafia no texto original do projeto (Ex:

a gestão da administração e do quadro de pessoal incumbe ao Prefeito. O projeto devidamente assinado pelo Prefeito Municipal, Gilmar Ferreira de Lemos.

Portanto, sob o prisma da iniciativa, o Projeto de Lei nº 3.280 não apresenta vícios.

Quanto ao conteúdo material, a contratação temporária encontra amparo no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, que exige três requisitos cumulativos para validade: (a) previsão em lei; (b) tempo determinado; e (c) necessidade temporária de excepcional interesse público.

1. **Da Previsão Legal e Necessidade:** a Lei Municipal nº 3.135, de 2023, que se pretende alterar, já estabeleceu a base legal para a contratação. Embora o texto do PL não especifique o cargo no artigo alterado, a justificativa menciona expressamente a "sequência dos trabalhos dos **professores**", indicando se tratar de função docente essencial para a manutenção dos serviços educacionais.
2. **Do Prazo Determinado:** a alteração proposta busca estender o prazo final para 31 de dezembro de 2026. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), notadamente no Tema 612 da Repercussão Geral, reforça que a contratação temporária deve ser por tempo determinado.

A prorrogação para cobrir todo o ano letivo de 2026 alinha-se ao princípio da eficiência e da continuidade do serviço público. O período total da contratação (de fevereiro de 2025 a dezembro de 2026) aproxima-se de dois anos, lapso temporal que se encontra dentro dos parâmetros de razoabilidade aceitos pelos Tribunais de Contas e pela legislação local (Lei nº 1.776/2014 - Estatuto dos Servidores de Tavares) para vínculos dessa natureza, especialmente quando visam cobrir anos letivos completos.

Sob o aspecto da técnica legislativa, regida pela Lei Complementar Federal nº 95, de 1998, o Projeto apresenta uma incorreção formal na redação proposta para o art. 4º que necessita de ajuste (em redação final) para evitar erro gramatical no texto final da lei.

No texto do projeto lê-se: "...podendo ser prorrogada por mais 40(quarenta) dias em caso de real necessidade administrativa." Observa-se a ausência do parêntese de fechamento após a palavra "quarenta". A redação correta deve ser: "...podendo ser prorrogada por mais 40 (quarenta) dias...".

Ademais, sugere-se a revisão de grafia no texto original do projeto (Ex:

"REDAO" em vez de REDAÇÃO), garantindo a clareza e a correção da norma jurídica a ser publicada.

III. CONCLUSÃO.

Diante do exposto, assinala-se a constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.280, na medida em que ele alcança as condições técnicas exigidas para sua deliberação parlamentar.

Recomenda-se apenas um ajuste simples de técnica legislativa para sua perfeita redação final.

O IGAM permanece à disposição.



ANDRÉ LEANDRO BARBI DE SOUZA

Advogado inscrito na OAB-RS sob o nº 27.755
Sócio-Diretor do IGAM



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS **Projeto de Lei nº 3.280/2025**

Senhora Presidente,

Nobres Vereadores,

O presente Projeto de Lei visa a alteração da redação do Art. 4º da Lei Nº 3.135, de 28 de janeiro de 2025, Contrato Temporário de Trabalho.

Justifica-se tal solicitação devido a levantamento de previsão de custos financeiros realizados por esta secretaria, considerando o custo com das rescisões dos contratos, além da agilidade no dimensionamento do próximo ano letivo. É preciso também ressaltar a qualidade das atividades quando há uma sequência de trabalhos dos professores. Portanto esta solicitação visa garantir a manutenção e melhoria contínua dos nossos educacionais, refletindo nosso compromisso com a excelência e a inclusão.

Visando uma melhor organização dos processos públicos, visando a economicidade e tendo em vista que uma contratação temporária pode acontecer pelo período de até dois anos, sendo a lei prevista para um prazo de apenas um ano, optamos por solicitar a prorrogação da mesma.

Esperamos contar com a colaboração dos Nobres Vereadores, desde já agradecemos à atenção prestada.

Tavares, 01 de dezembro de 2025.



Gilmar Ferreira de Lemos
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Unanimidade
Em 16.12.25
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 3.280
DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025

Protocolo
4668/2025
Protocolado em 01.12.25
Secretário

Antonio Carlos Antunes Pagano
Vereador

Elis Regina Lemos Rodrigues
Vereadora
PROGRESSISTAS

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 4º DA LEI Nº
3.135, DE 28 DE JANEIRO DE 2025,
CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO.
Vereador

Art. 1º- Altera a redação do Art. 4º da Lei Nº 3.135, de 28 de janeiro de 2025, autoriza o Executivo Municipal a firmar Contrato Temporário de Trabalho, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º- As contratações serão de 10 de fevereiro de 2025 à 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogada por mais 40(quarenta) dias em caso de real necessidade administrativa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TAVARES, aos 01 dias do mês de dezembro de 2025.

Leonete Ma
Vereador

Gilmar Ferreira de Lemos
Prefeito Municipal

Nardel Rodrigues
Vereador
PDT

Volmir V
Vereador

CÂMERA MUNICIPAL DE TAVARES - RS
Recebido em 01/12/25
16/12/25